

O FENÔMENO DA EVASÃO E REPETÊNCIA
NO ENSINO PRIMÁRIO COMUM.

-Curso de Estudos de Problemas Brasileiros-Forum
de Educação e Cultura- 1973.

Vânia Coelho de Oliveira e Silva
(Esc. de Serviço Social-UFRJ)

- C.F.C.H. -

O FENÔMENO DA EVASÃO E REPEPÊNCIA NO ENSINO PRIMARIO COMUM

SUMÁRIO

Introdução

- 1 - Ensino primário comum ~ considerações gerais
- 2 - Evasão e repetência como fenômeno de obstrução no fluxo do curso primário comum
 - 2.1- Análise quantitativa do rendimento escolar (índices - comprobatórios - 1960/1971)
 - 2.2- Alguns fatores condicionantes
 - 2.2.1- Internos - administrativos, de supervisão, pesquisa, preparo de professores, finalidades da educação. (tabelas representativas)
 - 2.2.2- Externos - econômicos e sociais (tabelas representativas).
3. Conclusões.

...

I N T R O D U Ç Ã O

"A educação integral deve basear-se no reconhecimento de todos os valores humanos e no respeito à hierarquia desses valores. Deve dirigir-se ao homem todo e à totalidade de suas atividades! Objetivando o aperfeiçoamento do homem, através do sistema educacional, dar àqueles que ainda se debatem nas trevas da ignorância o instrumento indispensável da alfabetização, proporcionando aos que antes apenas terminavam seus estudos na escola primária a educação secundária do 1º ciclo de forma interligada. A educação elementar não termina com o primário, mas segue até o final do 1º ciclo do secundário.

No ponto de vista da sociologia, a educação é um processo de herança e controle sociais, além de objetivar a preparação de pessoas ou grupos para a mudança social, que deve ser desejada e consentida pelos componentes da sociedade nacional. Pode-se dizer, então, que educação é o processo pelo qual o corre a modificação total dos hábitos do indivíduo.

Somente no início do período Renascentista e já em fins do século XIX e princípio do século XX, começou a ser generalizada a educação escolar universal e a se estender a todos os componentes das camadas sociais, e apenas em alguns países mais desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento procura-se atualmente efetivar a obrigatoriedade de atendimento, para todos, no nível elementar e surgem condições e critérios de recrutamento como na adequada a valiação dos méritos individuais, possibilitando, assim, a efetivação dos ideais democráticos da humanidade, expressos na Declaração dos Direitos Humanos.

Enviamos as crianças à escola porque esperamos que experiência escolar ocasione desejável diferença em suas vidas. Naturalmente elas são influenciadas também de diversas maneiras: pela família, pelo grupo de amigos, pela Igreja e por outras forças ambientais. Esperamos, entretanto, que a escola lhes dê o que não podem receber em outro lugar. Entre outros, esperamos que lhes propicie os meios para que tenham uma vida mais completa e satisfatória, para usufruírem o aspecto "humanístico" da educação como um fim em si mesmo. Esperamos, também, que a escola seja um veículo para a obtenção de melhores empregos, para que nossos filhos contribuam mais para o bem estar social; en-

enfim, para que se tornem melhores cidadãos.

O jovem precisa da educação formal como forma de valorização pessoal; à Nação cabe velar para que essa valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade. É indiscutível a integração entre educação, recursos humanos, segurança nacional e desenvolvimento, pois enquanto este último exige recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente, a segurança exige uma conscientização de valores perfeitamente definida e estratificada. Somente a educação pode atender às necessidades de ambos, visto ser a educação, comprovadamente, o principal fator e o principal investimento dos países em desenvolvimento.

Todo processo educativo redundando em mudança de estado, elevação e melhoramento; a escola deve ser um meio para alcançar determinados fins.

O número de estudantes que procura entrar na escola e nela permanecer e avançar reflete a demanda social por educação, o que não significa a mesma coisa que a necessidade de recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social. Embora possam interagir, os dois fenômenos têm comportamentos inteiramente independentes. Por razões que parecem ser evidentes, a demanda social cresce mais rapidamente que as necessidades de recursos humanos, o que leva, algumas vezes, ao "desemprego dos educados".

São três as principais razões pelas quais a demanda social por educação tem crescido vertiginosamente desde o fim da segunda guerra mundial:

- 1- a elevação das aspirações educacionais dos pais e das novas gerações;
- 2- a nova ênfase atribuída pelos poderes públicos ao desenvolvimento educacional como condição para o desenvolvimento nacional global, bem como incentivo ao crescimento das "taxas de participação educacional"; isto é, de maiores proporções de indivíduos de determinadas faixas etárias matriculados e atendidos por um número maior de anos; e,
- 3- a explosão demográfica que vem atuando como multiplicador da demanda.

Comparando-se com uma geração atrás, o dobro da proporção do número de crianças se encontra hoje na escola, o que mostra o lado brilhante do fenômeno em relação ao número das matrículas. O outro lado, porém, mostra o imenso desperdício social e a tragédia humana representados pelas altas taxas de reprovações e evasões, sem falar da natureza, qualidade e utili-

dade da educação recebida nessas condições,

No nosso caso, requer-se "educação para o desenvolvimento" (não apenas crescimento), que implica colocar o complexo "aluno-mestre-escola" dentro de uma sistemática, a serviço de um sistema, digo, a serviço de um princípio e sob o conceito de despesas de investimento e não de consumo, com a implantação de uma política educacional que inclua requisitos como:

- adoção de filosofia que proporcione o tipo de educação necessária / ao Brasil, realizando a sua assimilação à realidade econômica, social e cultural do país e à realidade de suas diferentes regiões;

- criação de um sistema educacional mais integrado, pela eliminação / dos hiatos atualmente existentes, de um lado, entre o ensino primário e o médio e entre este e o superior, e de outro lado, no nível médio, entre o / ensino técnico e o de cultura geral tradicional;

- efetivação de uma política integrada de Educação, Ciência e Tecnologia. Criação de instrumentos concretos para o fortalecimento da integração Escola-Empresa-Governo, sem desvirtuar os objetivos do sistema educacional, mas de forma a realizar uma fecunda aliança entre Educação e Desenvolvimento;

- transformação da Educação em meio poderoso de levar à participação - crescente das massas no processo de desenvolvimento, como fator básico de produção e como destinatários dos resultados do progresso através dos efeitos da escolarização sobre a produtividade da mão-de-obra e a capacidade de ganho das indústrias.

A educação é formação total da personalidade do educando. É um "processo vital resultante de fatores internos e externos, de forças naturais e espirituais, da ação consciente do educador e da vontade livre do educando. A educação não deve ser confundida com a mera adaptação do indivíduo às diversas situações por que passam as sociedades humanas ou com o seu desenvolvimento periférico. No ponto de vista Cristão, educação é a formação completa da personalidade, através do desabrochar integral das suas virtudes físicas, intelectuais e morais.

O presente trabalho pretende expor, de forma sucinta, digo, de forma sucinta e clara, a partir de uma amostragem de índices numéricos de indiscutível viabilidade, o fenômeno da evasão e repetência como obstrução no fluxo dos alunos do ensino primário comum no período de 1960/70, em termos de Brasil.

Procederemos a uma análise quantitativa dos dados numéricos apresenta-

dos e, em seguida, à exposição de alguns fatores que nos parece válido apresentar como condicionantes do fenômeno da evasão e repetência no ensino primário comum. Dentro desse item abordaremos, além dos fatores considerados / externamente condicionantes, aqueles que constituem o próprio complexo global de todo o sistema de ensino, focalizando aí, essencialmente, os elementos intrínsecos a esses fatores - aluno, professor, currículo, material e equipamento, tempo e espaço.

A guisa de esclarecimento, passaremos à conceituação de alguns termos objetivados nas tabelas de n.ºs. 5, 6, 8, 15 e 1.08 (Serviço de Estatística de Educação e Cultura / Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - Brasil)

- Anos de estudo- número de pessoas que estavam frequentando ou frequentaram algum curso. Em consequência, a apresentação é efetuada segundo a classificação de 1 a 17 anos de estudo, que corresponde à frequência aos níveis ~ elementar (1 a 5 anos), médio 1º ciclo (6 a 9 anos), médio 2º ciclo (10 a 12 anos) e superior (13 a 17 anos).

- Abastecimento d'água- de acordo com as seguintes condições, digo, condições: rede geral, poço ou nascente, e outra forma de abastecimento, assim assim considerados os abastecimentos oriundos de rios, poços, torneiras ou outras fontes públicas.

- Domicílio- locais de moradia, estruturalmente independentes, formados por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão foram considerados também como domicílios prédios em construção, embarcações, veículos, tendas, grutas e outros locais que estivessem sendo utilizados para moradia na data do censo.

- Evasão- número total de alunos que abandonou a escola antes de concluir o curso, por morte, abandono voluntário ou não.

- Fogão- pesquisou-se para os domicílios que possuissem fogão instalado, o tipo de combustível ou energia predominantemente utilizados: lenhã (inclusive serragem, palha e cascas de cereais); gás (encanado ou gás liquefeito de petróleo); óleo ou querosene; e eletricidade. Foram reunidos no grupo outro combustível ou informações relativas a: óleo ou querosene e eletricidade.

- Instalações sanitárias - classificaram-se os domicílios com instalações sanitárias, por tipo de escoadouro, em: Rede Geral, Fossa séptica e Fossa rudimentar e Outro escoadouro, quando fossem usados rios, lagos, etc, diretamente como escoadouro.

- População urbana e rural- considerou-se população urbana a recenseada nas Cidades e Vilas (quadros urbanos e suburbanos); a pop. rural constituiu-se da recenseada fora dos limites das cidades e vilas.

- Rendimento mensal- todas as importâncias pelas pessoas de 10 anos e mais - de idade, no mes anterior à data do censo, provenientes de salários, ordenados, honorários de profissões liberais, retiradas de empréstimos de negócios gratificações, comissões, gorjetas, pensões, donativos regularmente recebidos rendas vitalícias decorrentes de seguros dotais ou similares, quantias recebidas por usufruto de bens, rendas de alugéis, digo, aluguéis, etc.

- Situação do domicílio- a população é distribuída, segundo a licalidade do domicílio, pelos Quadros urbanos, suburbanos e rurais, definidos por Lei Municipal.

1 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A frequência do aluno à escola está condicionada a muitos fatores: desde os que se relacionam à fixação, pelo Estado, da obrigatoriedade escolar e da efetivação do direito à educação, até aos que dizem respeito às condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino e às próprias condições pessoais do aluno.

A antiga Lei Orgânica do Ensino Primário já previa a obrigatoriedade do ensino: "O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de 7 a 12 anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares" (art. 41 do Dec. Lei nº 8 529 de 1946), complementando assim a Constituição Federal de 1946, que também provê aquela obrigatoriedade (art. 168 - nº I). Renovou o preceito a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4 024 de 20/12/1961), que em seu artº 27 assim preceitua: "O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos". Enfim, essa matéria constitui objeto de inúmeras leis estaduais.

Este preceito de obrigatoriedade do ensino encontra fundamento nos quatro aspectos básicos da vida do homem: - humano e social, considerando-se a imperiosa integração da pessoa humana no seu meio ambiente;

- econômico, tendo em vista a contribuição da educação como elemento fundamental ao desenvolvimento nacional;
- político, fundamentado na democracia, que somente terá êxito assegurado com uma população instruída; e, finalmente
- o fundamento internacional, encontrado na Declaração dos Direitos do Homem, digo, na Declaração Universal dos Direitos do Homem: " a instrução elementar será obrigatória" (artº XII).

Relativamente às idades para a educação compulsória, há uma variação entre os países, abrangendo de uma maneira geral desde 4 até 10 idades, sendo de 7 idades em 19 países; de 8 idades em 16 países e de 6 idades em 5 países. Quanto à idade inicial correspondente à época do amadurecimento biológico e psicológico suficiente para o aprendizado escolar é, em geral, a de 7 anos em 25 países ou a de 6 em 20. Quanto à idade terminal, prevalece a de 14 anos em 33 países. (dados contidos no Relatório da Comissão encarregada de traçar o anteprojeto das bases e diretrizes da educação, in "Diretrizes e Bases da Educação Nacional" pg. 69).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases o ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais(art.26), podendo a duração ser estendida até seis anos(§ único), admitida a equivalência da 6a. série primária à 1a. ginásial(art.26), podendo a duração ser estendida até seis anos (§ único).

Admitindo-se, então, a escola primária em idade regular, a criança a frequentaria entre 7 e 11 ou 12 anos de idade. O censo escolar aponta, entretanto, elevados índices dos que, acima dos 12 anos, ainda a cursam; mais ainda, é significativa a parcela correspondente a 14 anos e, inclusive, outros além dessa idade. Que conclusão se poderia tirar daí?

- o atraso no início dos estudos, o que acontece com muitos, somente entre 8 a 11 anos. Isso não ocorre exclusivamente por falta de escolas,mas também pelo despertar tardio do interesse escolar; além de outras causas socio-econômicas;

- outro fator considerável é o da evasão escolar e repetência ao longo do curso. Fato certo é que, seja qual for o aspecto existente, decorre de causas que se poderia em última análise, classificar de pauperismo: auxílio da criança no orçamento familiar; dificuldade de vestimenta e transporte; insatisfações pessoais; subnutrição, falta de assistência total.

Acreditamos que a obrigatoriedade, embora não possa destruir essas causas, constitui uma grande motivação em favor da escola, através da convocação permanente e total aos bancos escolares e da atitude vigilante do Estado em benefício do alunos.

Como consequência natural da obrigatoriedade escolar, a gratuidade en contra,entre outros, seu fundamento básico, pois que, ao ônus imposto pelo Poder Público deve corresponder, de imediato, a prestação de serviços. A mesma Constituição que estabeleceu a obrigatoriedade, consagra a gratuidade nos estabelecimentos primários oficiais(art. 168, § 3º,nº 2). A Constituição de 1967 elege como limites da obrigatoriedade escolar as idades de 7 a 14 anos. A Constituição anterior não estabelece a duração da escolaridade, a qual se realizava, no Brasil, em torno de 7 a 11 anos. Sendo o trabalho menor permitido a partir dos 14 anos, supunha-se, teoricamente, a existência de um período de ociosidade entre 12 a 14 anos. Mas, na realidade, havia crianças(e ainda há) que trabalhavam antes do limite permissivo. Contudo, prevalecendo o texto constitucional, a obrigatoriedade de 7-14 há que ser considerada, ficando a permissibilidade do trabalho na dependência das contingências do cumprimento da obrigatoriedade.

É importante considerar a caracterização do período 7-14 como preponderante na formação da humanidade, compreendendo também o início da adolescência.

No Brasil, o ensino primário implantou-se no século XIX, chegando sua duração, até pouco tempo, em torno de 6 anos, no fim dos quais a passagem para a escola média passou a constituir problemas sob os aspectos das dificuldades decorrentes da dualidade do sistema ; isto é, ensino organizado e em dois sistemas escolares distintos, paralelos e estanques — o primeiro para atender as crianças originárias das classes populares, e o segundo para aquelas pertencentes às classes mais privilegiadas. Ora, em sociedades que se encontram em processo de democratização não se justificaria a existência de estruturas pedagógicas fundadas na estratificação social. Considerando, ainda, as aceleradas mudanças sócio-culturais características dos tempos modernos , o período mínimo fixado de escolarização compulsória passou a ser visto como contribuição insuficiente e ineficaz para a formação integral do homem e do cidadão, tomando-se como ponto de referência os seus resultados negativos. Assim, a extensão da escolaridade, objeto de estudo remoto, só recentemente , visto as profundas transformações decorrentes das revoluções históricas dos povos, de guerras que afetaram substancialmente o equilíbrio mundial neste século, e do último acelerado de desenvolvimento científico e tecnológico vigentes, foi tomada com redobrado vigor em relação à intensificação de um movimento que conduzisse ao estabelecimento de padrões mínimos de extensão da escolaridade primária nos estudos quantitativos e qualitativos. Vista por esse ângulo, a extensão da escolaridade passou a compreender múltiplos problemas, que tem sido objeto de debate e potência no campo da moderna problemática pedagógica :

- o que se relaciona a garantia de escolas para a educação de todas as crianças ;
- o da duração do curso primário ;
- o referente a fusão do ensino primário com o primeiro ciclo do ensino primário, digo do ensino médio, levando à quebra das barreiras tradicionalmente mantidas entre um e outro grau, através da fixação de novas e variadas formas de vias de articulação ; e
- o relativo à revisão e reformulação integral dos currículos e programas /

dos graus de ensino, visando a reconstituí-los sob duplo signo da continuidade e das unidades.

Fazia-se necessário o estabelecimento da continuidade capaz de atender às imposições do desenvolvimento científico e tecnológico, Pensou-se em prolongar de 1 ou 2 anos o programa tradicional da escola primária; porém, isso não traria grande vantagem, porque logo surgiria a contingência de introduzir esse acréscimo suplementar no sistema global provocando, assim, a restauração da fórmula dualista existente. Partiu-se então, para a alternativa de propiciar a fusão do ensino primário ao ensino médio. Já a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 26, parágrafo único, admite a extensão da escola primária em mais duas séries : a 5a. e a 6a. , atribuindo a última a possibilidade de equivalência com a 1a. série ginásial, visto que os egressos daquela série poderão matricular-se na 2a. série do 1º ciclo médio (art. 36, parágrafo único).

Entretanto, conforme ficou patenteado no III Congresso Nacional de Educação (Salvador - 1967 - anais), não logrou êxito a aplicação das 5a. e 6a. séries primárias nos estabelecimentos onde entraram em funcionamento, pelas razões seguintes :

- "a) ausência de orientação quanto ao currículo adequado ;
- b) incompreensão dos objetivos da mesma ;
- c) deficiência de recursos financeiros ;
- d) falta de salas e equipamento adequado ao ensino ;
- e) insuficiência de pessoal qualificado ;
- f) desinteresse do professorado pelo trabalho que exige mais esforço e uma especialização não compensados financeiramente;
- g) insuficiente nº de vagas na 2a. série dos ginásios ;
- h) má receptividade dos diretores de ginásios aos alunos provindos da 6a. série da escola primária, candidatos ao segundo ano ginásial."

Evidentemente, quando o Conselho Federal de Educação atribuiu caráter preferencial à escolarização, nas 5a. e 6a. séries primárias, de população de 12 a 14 anos, fundamentava-se em razões ponderáveis ;

- tornar mais viável a extensão da escolaridade obrigatória ;
- conferir mais adequação pedagógica à continuidade dos estudos da escola primária de gastos educacionais.

Mas a demonstração dos fatos é que a colocação das 5a. e 6a. séries , de acordo com a Lei Diretrizes e Bases, não levou ao que se esperava.

A permissão ao ingresso na 2a. serie do ciclo médio, daqueles que cursaram o 6º ano, segundo estabelece a LDB, levava muitos pais a retirarem os filhos da escola, com o intuito de ganhar tempo, no 4º ano, a fim de tentarem o exame de admissão ao ginásio, supondo que a permanência na escola até o 6º ano constituiria a perda de 1 ano escolar. Conseqüentemente, a 5a. e 6a. series eram frequentadas apenas por crianças de nível sócio-econômico - mais baixo, sem possibilidade de custear os cursos de admissão, ou os reprovados nos exames de ingresso nos cursos médios.

Ainda no III Congresso Nacional de Educação, preveu-se a solução adequada às exigências da Pedagogia Moderna, "assegurando não só a imprescindível articulação entre os dois graus de ensino- o primário e o médio- porém, mais do que isso, a continuidade entre eles. Esta terá de resultar da passagem natural de um a outro, respeitadas as condições do educando e sua experiência anterior." Sabe-se que a preocupação com essa continuidade é mundial, e inclusive muitos países já alcançaram a chamada escola integrada, que abarca o período do ensino primario e a la. parte do ciclo médio.

Visando o atendimento a esses ideais de educação integral, teve início a reforma do ensino, instituindo-se o ensino fundamental de 1º e 2º - graus em 1969/70, que corresponde aos antigos primários comum e curso médio, objetivando o desenvolvimento das potencialidades do educando:

- auto-realização;
- qualificação para o trabalho; e,
- exercício consciente da cidadania,

O ensino de 1º grau abrange a faixa etária de 7 a 14 anos, realizado em 8 series consecutivas, com a finalidade de propiciar a formação geral do educando, realizada através de atividades específicas, baseada nos dois seguintes princípios:

- o saber resulta do fazer, que constitui o processo efetivo da auto-realização; e,
- o principio da globalização - conhecimentos gerais adquiridos através de atividades.

O 2º grau se estende de 15 anos em diante (limitado), e completa a formação do 1º grau, sendo acrescida da habilitação profissional específica, escolhida pelo próprio aluno, dentro de determinadas atividades. Qualquer que seja a atividade desenvolvida pelo aluno, ao termino do 2º grau estará habilitado a atingir a Universidade, se o desejar, ou exercer a profissão em que se habilitou.

Consideramos indispensável a formação humanística na preparação do homem para o exercício de sua função, seja ela qual for. A reforma atual do ensino já prevê, desde o primeiro ano da serie fundamental, durante os quatro primeiros, exclusivamente o ensino de natureza geral, deixando para o 2º grau (a partir da 5a. serie) o ensino especializado.

Somente de 1964 para cá se intensificou a preocupação em planificar a educação, a partir da tentativa de articular o crescimento educacional com os programas nacionais de desenvolvimento. Assim, baseada na valorização de cada um, individual e socialmente, desenvolvendo ao máximo seus talentos e habilidades, aprimorando-lhe a conduta, digo, aprimorando-lhe os atributos morais, orientando-lhe a conduta em beneficio de cada um e do grupo social, estará a atual educação formal caminhando para o estabelecimento de uma escola única, onde todas as crianças passarão pelo mesmo tipo de experiência, em / contraposição com a escola antiga (do passado), que se dizia ser dualista- a escola para os nossos filhos (Científico e Clássico) e a escola para os filhos dos outros, que iam para o Comercial, Agrícola e Industrial. Esta passagem de todas as crianças pelas oficinas de experimentação, de sondagem e pré-vocacional (5º, 6º, 7º e 8º anos), visa a discussão com a criança a respeito de suas reais inclinações, a fim de orientá-las para a vida futura. É importante ressaltar que, de acordo com a lei, é obrigatória agora a assistência do orientador educacional em todos os níveis de ensino.

2. * EVASÃO E REPETÊNCIA COMO FENÔMENO DE OBSTRUÇÃO NO FLUXO DOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO COMUM.

2.1 - Análise quantitativa do rendimento escolar (índices comprobatórios - 1960/1971).

Baseamos nosso estudo na consulta a fontes comprovadamente idôneas como as Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - Brasil e o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (1960/1971):

- o gráfico inicial dá uma visão global da condição escolar da população de 2 a 19 anos - 1970-1971, considerando aquela que se encontrava e não frequentando escola, nos ensinos de primário, pré-primário e médio;
- as tabelas I e II focalizam a composição etária em n.ºs. absolutos e percentuais, respectivamente, da população, segundo os recenseamentos - gerais (1872/1970);
- a tabela 5 focaliza os anos de estudo das pessoas de 5 e mais anos divididas em grupos;
- a tabela 6, idem à anterior, mas em relação às pessoas de 10 anos e mais, segundo os setores de atividades;
- o quadro 1.11 demonstra a taxa de escolaridade da faixa etária de 5 a 14 anos, segundo a Localização - 1970;
- a tabela 3.17 dá uma visão geral da matrícula no início do ano, por unidades da federação - 1960-70;
- a seguinte, 3.18, focaliza também a matrícula no início do ano, mas segundo as idades dos alunos; - 1960, 1962, 1968 e 1970;
- a tabela 3.33 focaliza as aprovações no final do ano letivo, segundo a-série - 1960-69;
- a seguinte idem, mas em relação à 4a. série (aprovações-conclusões de curso), por unidade de federação - 1960/69;
- o quadro 1.07 dá uma visão da matrícula no início do ano, digo, visão da evolução da matrícula no início do ano - período de 1942/43 a 1970/1981 (n.ºs. relativos);
- a tabela 1.08 mostra a evasão no sistema escolar por unidades de federação no período de 1960/71; e,
- finalmente, os quadros 3.27 e 3.28 focalizam os repetentes no início do ano, 1967/70, segundo a série e por unidades de federação, respectivamente.

- Utilizando os elementos apresentados nesses quadros verifica-se que:
- a discrepância entre os índices populacionais e de escolaridade, 4 e 5 anos de estudo (em maior proporção), da faixa etária incluída no grupo de idade de 5 a 19 anos: 35 170 643 e 4 490 033, respectivamente é extremamente significativa;
 - o gráfico apresentado dá uma visão bastante convincente do problema, deixando vislumbrar a enorme desproporcionalidade entre a população - que frequentava e a que não frequentava escola no período de 1970-1971 assim como enfatiza a maior incidência do ensino primário em detrimento do pré-primário e médio, com acúmulo de alunos na faixa de 10 anos;
 - também em relação às populações economicamente ativas e não ativas, a maior incidência se encontra no ensino primário, quase que meio e meio: 6 306 335 e 6 889 707, respectivamente;
 - apesar de relativamente pequena a diferença entre a população urbana (10 057 300) e rural (9 268 800), compreendida na faixa etária de 7 a 14 anos, e fenomenal a disparidade existente entre a taxa de escolarização de uma para outra localidade nesta mesma faixa etária:
 - 87,98 % na zona urbana para apenas 46,84 % na zona rural; considerando, ainda, que não há representatividade de população escolar no ensino médio na segunda, e também muito significativa a discrepância entre uma e outra localidade no ensino primário: 7 479 606 na urbana para 4 341 744 na rural;
 - considerando-se os índices de matrícula no início do ano, e bastante desalentador o déficit de aprovações no final das séries: em 1969, para 12 294 343 matrículas corresponderam 8 105 940 aprovações, sendo que dessas apenas 14,6% aproximadamente constituem conclusões do curso primário, na 4a. série;
 - embora venha crescendo gradativamente de ano para ano, o nº de matrículas no ensino primário ainda é insatisfatória em relação à população dentro da faixa etária destinada a esse curso: 12 812 029 matrículas - para 19 326 100 crianças;
 - apesar da idade mínima para ingresso no curso primário ser 7 anos, os maiores índices se fixam, predominantemente, nos 9 anos de idade, de - crescendo, com pequenas diferenças, para 10 e depois 8 anos em detrimento dos demais;
- entre as unidades da federação destacam-se, relativamente ao nº de matrículas, os estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em

- em ordem decrescente: 2 245 592 - 1850944 e 1 148 214, respectivamente, ocorrendo o mesmo fenômeno em relação às aprovações;
- a evasão no ensino primário comum e, em relação ao índice de alunos matriculados na 1a. série e os que concluem a 4a. série, bastante elevado: 23,4% (1960-1963);
 - a taxa de evasão no ensino primário em relação ao nº de matrículas na 1a. série e aos concluintes da 4a. série (1960-63) torna-se, relativamente, pequena se comparando com as taxas de repetência - 2 465.124 em 1970 - e reprovação - 4 188 403 no final de 1969;
 - o maior índice de repetência no ensino primário concentra-se, efetivamente, na 1a. série: 65,2% (1970).

2.2 - Alguns fatores condicionantes - internos e externos - da evasão e repetência no ensino primário comum.

2.2.1 - Fatores internos

Consideraremos, inicialmente, a importância do ensino primário, visionado através de três fatores:

- a matrícula é 5 vezes maior que a do ensino médio e 65 vezes / maior que a do ensino superior;
- o número de prédios é 13 vezes maior que o do ensino médio e 930 - vezes maior que do superior, digo, superior;
- localização - há mais escolas primárias nas zonas rurais (111 748 rurais para 343⁸⁸ nas zonas urbanas, em 1970), cobrindo todo o Território Nacional. Enquanto nas zonas urbanas existem mais escolas do curso médio e do superior.

O ponto de estrangulamento do fluxo dos alunos no curso primário está na 1a. série, devido a:

- número maior de matrículas em relação às demais; e,
- maior incidência dos fenômenos de evasão e repetência.

Focalizaremos, de permeio, os elementos básicos dos fatores internos, que constituem o complexo global de todo o sistema de ensino e os pontos - nevrálgicos neles inseridos:

- aluno - imbuído de experiência, maturidade e motivação para aprender; provenientes, em sua maioria, de meio desfavorecido, com falta de assistência familiar, de condições culturais, de saúde, de higiene

de alimentação adequada, com problemas de ordem econômica;

- professor- quase metade sem preparação profissional, mais da metade sem preparação, digo, sem assistência técnica direta (supervisão), falta de qualidade para ensinar;

- currículo- inadequação ao nível de capacidade do aluno, principalmente na 1.ª série;

- tempo- regime de vários turnos com duração, digo, com redução do período de permanência na escola;

- espaço- carência de salas de aula, paralelamente a escolas quase vazias e escolas superlotadas;

- material e equipamento - escassez de verbas específicas, custos acima da capacidade aquisitiva de alunos e professores, ausência de supervisão sistemática.

Seguem-se algumas medidas cabíveis para modificar a situação do fluxo de alunos :

- aluno - exame de saúde no ingresso à escola e no decorrer do curso, conhecimento pela escola de sua situação psicossocial e econômica; em fim, todas as medidas necessárias para assegurar sua permanência na escola pelo tempo conveniente, o cumprimento da obrigatoriedade escolar e estabelecimento de um sistema escolar de progressão, de promoção progressiva;

professor- previsão de cursos de treinamento em serviço e de programas de auto-aperfeiçoamento para assegurar-lhe a necessária qualificação profissional;

currículo- revisão do currículo para torná-lo adequado aos níveis de capacidade dos alunos e para atender ao reagrupamento por idade cronológica;

material e equipamento- previsão de verbas que proporcione o material de ensino para a execução do currículo, planejamento para melhor distribuição do material já existente, equipamento das escolas com orientadores especializados e experimentados em ensino primário para atendimento dos iniciantes, livros didáticos adequados através / de experiências controladas;

tempo e espaço- redistribuição da matrícula para uso da capacidade ociosa dos prédios escolares, utilização do prédio durante o ano - todo, pelo sistema de flexibilidade do período de férias e de folga semanal, regularização do fluxo dos alunos diminuindo-se o nº dos que estão fora da idade, em cada ano escolar.

A escola precisa adequar os seus objetivos às crianças como elas se a apresentam, e não esperar que seus alunos apresentem condições físicas e mentais ideais para cumprir seus objetivos.

Ainda, alguns elementos a considerar para reformular os quadros escolares deficientes:

adequar os programas e técnicas de ensino à realidade sócio-econômica e cultural das diversas regiões;

racionalização dos sistemas administrativos e técnico-pedagógicos des destinados a assistir o professor e garantir a sua eficiência de ação aprimoramento de habilitação do professor.

É válido salientar que, a escola, numa comunidade qualquer somente pode atingir seus objetivos na medida em que há um conjunto de instituições e interesses que dão à população expectativas de vida e ação razoavelmente definidos, pois a escola não é a mola exclusiva propulsora do desenvolvimento.

2.2.2 - Fatores externos

As análises regionais até muito recentemente se prendiam exclusivament te aos aspectos fisiográficos, , determinando a divisão do País em 5 regiões, que não são homogêneas em vários aspectos sócio-econômicos, que devem ser considerados para o zoneamento das sistemas educacionais, Mesmo o agrupamento das Unidades da Federação nas 3 regiões econômicas Norte-Oeste, Nordeste e Sul e outros, adotados em estudos do MEC e IPEA, não apresentam ainda com nitidez as diversidades regionais a serem levadas em conta na es truturação do sistema. O zoneamento por regiões Homogêneas e regiões Polarizantes, veio permitir a fixação de critérios adequados à regionalização do sistema educacional brasileiro.

A grande extensão territorial, acarreta uma permanente fonte de dificu dade, que todos os países com esta característica encontram ao curso de sua evolução econômica;

O conjunto de fatores demográficos de caráter geral, que condicionam a estrutura do sistema educacional, sobretudo em sua regionalização, são: os índices de densidade demográfica, o grau de dispersão da pop. rural, o coeficiente de alfabetização e o primado da cidade de maior população.

Relativamente aos efeitos das altas taxas de crescimento demográfico, o sistema educacional interfere, especialmente, no sentido de fazer pro e

gredir a expansão democrática da educação, de forma mais acelerada que a expansão, digo, explosão demográfica. Assim, a redução, em valores absolutos, das taxas de crescimento, corresponde a um aumento sensível do desequilíbrio entre o nº dos elementos improdutivos e dos produtivos na força de trabalho.

O índices de mortalidade infantil e de analfabetismo em relação, digo, em sua alta correlação, e as discrepâncias entre os coeficientes de analfabetismo nas áreas urbanas e rurais, e entre os relativos aos entornos dos municípios de alta concentração urbana e dos demais, evidenciam a necessidade de condicionar-se as estruturas dos sistemas educacionais a tais fatores qualificativos das populações a serem por eles atendidas.

A composição da força de trabalho, por idade, sexo e setor de atividade, retrata bem o estágio de desenvolvimento social e econômico de uma nação. Os índices de analfabetismo, de mortalidade infantil e as taxas de dependência do setor primário, embora se alterem em ritmos bem diversos, guardam entre se uma certa relação.

O grau de instrução, aferido pelas percentagens de conclusão de curso dos níveis elementar, médio e superior, nos setores de atividades, apresenta índices que reforçam a necessidade do incremento do ensino médio, visto que a força-de-trabalho é muito jovem (15 e 24 anos).

A legislação trabalhista e a legislação que fixa a política salarial tem também profundas repercussões na viabilidade de expansão do ensino. Geralmente o salário mínimo predomina na maior parte das regiões brasileiras, até níveis de escolaridade correspondentes aos primeiros anos do ensino médio, reduzindo bastante os índices de remuneração média nos setores de atividades que exigem capacitação superior à do nível elementar. Tal fato deve contribuir muito para as taxas de evasão na escola elementar, tornando pouco eficazes as normas que estabelecem a obrigatoriedade de instrução dos 7 aos 14 anos.

Falta à população brasileira o vigor indispensável físico, e também, no sentido mais alto, a educação, ambos indispensáveis para construir uma nação rica.

As condições de funcionamento do sistema educacional brasileiro tem que ser analisadas por regiões geográficas e, de acordo com as zonas de diferentes características demográficas nas áreas urbanas e rurais. A escola primária aceita crianças de 6 a 14 anos, porém, sendo a duração do curso de 5 anos, e normalmente só iniciado aos 7 anos de idade, o grupo etário a considerar no dimensionamento seria de 7/11 anos. De um

lado, porém, aceita-se crianças de 6 anos, grande parte não consegue ingressar ainda com 7 anos, e, nas áreas dispersas, 20% de todo aquele grupo etário não pode ser atendido pelo sistema. De outro lado os altos índices de reprovação transformam a escola num reservatório, com um represamento que não permite o fluxo para dar lugar a novos candidatos. Tais níveis, digo, índices, ao lado da notória inadequação do conteúdo dos currículos das escolas primárias, inteiramente desvinculadas das reais necessidades da capacitação requerida pelas atividades sócio-econômicas das comunidades a que devem servir, justificam plenamente os altíssimos índices de evasão, tornando oneroso e quase inútil o sistema de educação no Brasil.

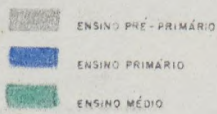
O processo de desenvolvimento depende fundamentalmente do êxito e da produtividade do processo educacional. Recursos Naturais, Recursos Culturais e Recursos Humanos são fatores interdependentes.

Educação para o desenvolvimento significa, cada vez mais:

- educação geral (não especializada) através do sistema formal; e,
- treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem, através de sistemas especiais para atender à flexibilidade da mão-de-obra decorrente da demanda, face à mobilidade do desenvolvimento.

CONDICÃO ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 2 A 19 ANOS - 1970 - 1971

FREQÜENTANDO ESCOLA



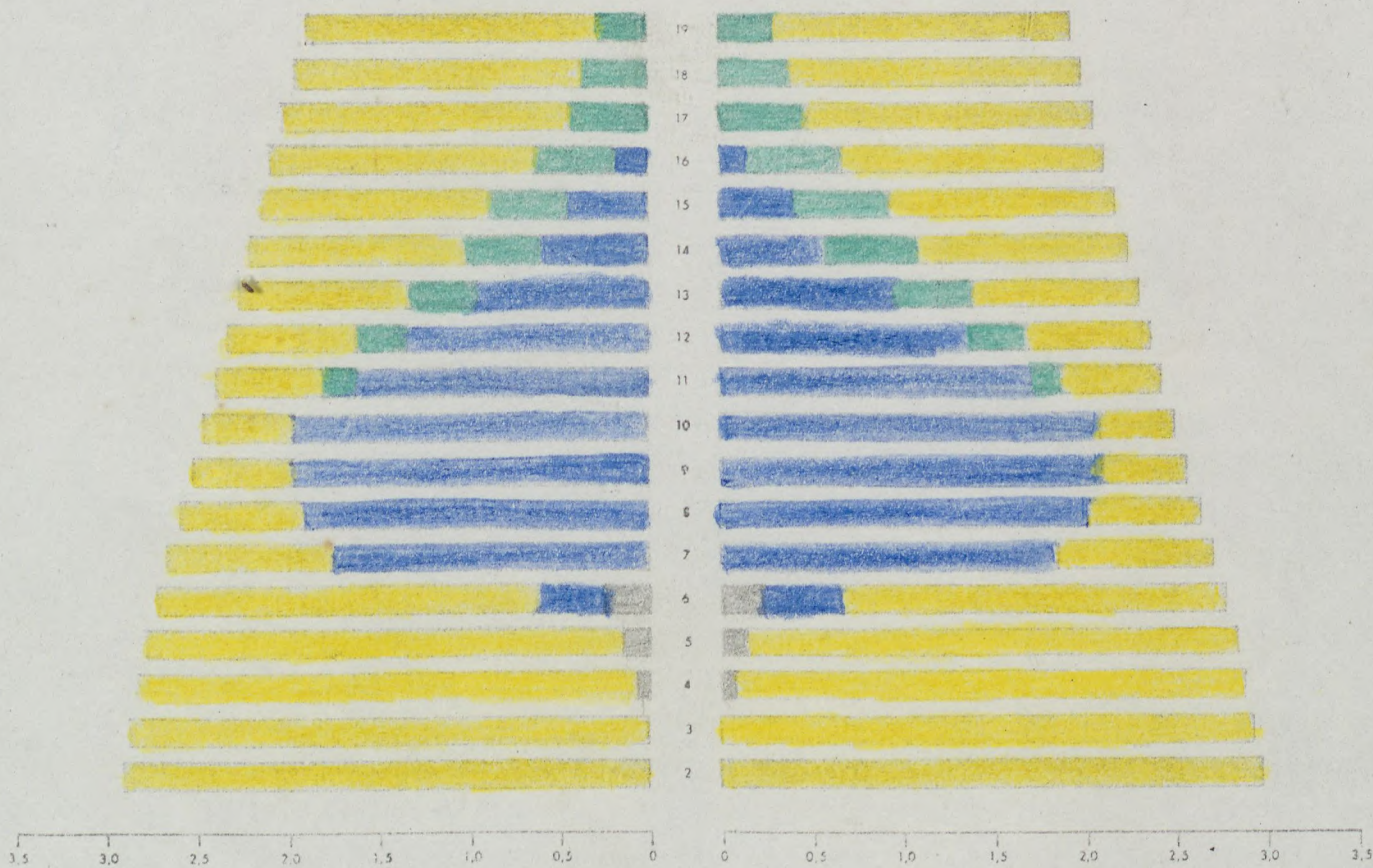
NÃO FREQÜENTANDO ESCOLA



IDADE

1970

1971



POPULAÇÃO EM MILHÕES

TABULAÇÕES AVANÇADAS DO CENSO DEMOGRÁFICO - RESULTADOS COMPARATIVOS

I. COMPOSIÇÃO ETÁRIA, SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS GERAIS

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO							
	1.º-VIII-1872	31-XII-1890	31-XII-1900	1.º-IX-1920	1.º-IX-1940	1.º-VII-1950	1.º-IX-1960	1.º-IX-1970
TOTAIS	9 930 478	14 333 915	17 438 434	30 635 605	41 236 315	51 944 397	70 119 071	93 204 379
0 a 4 anos	1 045 044	2 121 790	3 001 523	4 593 163	6 439 650	8 370 880	11 196 313	13 898 622
5 a 9 anos	1 400 073	2 068 685	2 622 485	4 575 530	5 758 816	7 015 527	10 161 291	13 301 427
10 a 14 anos	1 046 655	1 709 800	2 062 315	3 909 630	5 328 080	6 308 567	8 573 877	11 665 724
15 a 19 anos	1 049 797	1 399 778	1 862 761	(1)4 217 917	4 443 923	5 502 315	7 142 443	10 203 492
20 a 24 anos	1 056 686	1 351 702	1 573 072	(1)2 139 364	3 813 355	4 991 139	6 160 742	8 422 167
25 a 29 anos	1 058 148	1 181 548	1 453 300	2 487 431	3 356 370	4 132 271	5 208 742	6 546 791
30 a 39 anos	1 154 197	1 802 272	2 040 009	3 560 225	4 901 682	6 286 052	8 505 084	10 782 038
40 a 49 anos	838 462	1 233 137	1 350 029	2 401 200	3 441 727	4 365 359	5 959 858	8 094 393
50 a 59 anos	574 627	733 361	771 330	1 451 319	2 044 907	2 650 314	3 786 394	5 354 738
60 a 69 anos	355 431	429 554	355 235	800 866	1 076 139	1 451 468	2 185 327	3 067 143
70 anos e mais	340 299	243 711	203 164	433 310	599 395	753 873	1 128 296	1 693 495
Idade ignorada	11 059	58 577	143 211	65 650	32 271	116 632	110 704	174 349

(1) As pessoas de 20 anos estão incluídas no grupo 15 a 19 anos.

II. COMPOSIÇÃO ETÁRIA, PERCENTUAL, SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS GERAIS

GRUPOS DE IDADE	POPULAÇÃO							
	1.º-VIII-1872	31-XII-1890	31-XII-1900	1.º-IX-1920	1.º-IX-1940	1.º-VII-1950	1.º-IX-1960	1.º-IX-1970
TOTAIS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 4 anos	10,52	14,80	17,21	14,99	15,60	16,12	15,97	14,91
5 a 9 anos	14,11	14,43	15,04	14,94	13,96	13,51	14,48	14,27
10 a 14 anos	10,54	11,93	11,83	12,76	12,92	12,14	12,22	12,51
15 a 19 anos	10,57	9,77	10,68	(1) 13,77	10,78	10,59	10,19	10,95
20 a 24 anos	10,64	9,43	9,02	(1) 6,98	9,25	9,61	8,79	9,04
25 a 29 anos	10,66	8,24	8,33	8,12	8,14	7,96	7,43	7,02
30 a 39 anos	11,62	12,57	11,70	11,62	11,89	12,11	12,13	11,57
40 a 49 anos	8,44	8,60	7,74	7,84	8,35	8,40	8,50	8,68
50 a 59 anos	5,79	5,12	4,42	4,74	4,96	5,10	5,40	5,75
60 a 69 anos	3,58	3,00	2,04	2,61	2,61	2,79	3,12	3,29
70 anos e mais	3,42	1,70	1,17	1,42	1,46	1,45	1,61	1,82
Idade ignorada	0,11	0,41	0,82	0,21	0,08	0,22	0,16	0,19

(1) As pessoas de 20 anos estão incluídas no grupo 15 a 19 anos.

5. ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	ANOS DE ESTUDO							
	Total *	1 ano	2 anos	3 anos	4 e 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 17 anos
TOTAL	79 305 757	7 109 019	7 922 181	7 615 208	13 243 170	5 635 743	2 464 730	893 415
5 e 6 anos	5 579 784	176 894	-	-	-	-	-	-
7 a 9 anos	7 721 643	1 537 043	899 794	282 024	47 128	-	-	-
10 a 14 anos	11 665 724	1 386 459	1 834 429	1 783 621	1 998 546	1 031 094	-	-
15 a 19 anos	10 203 492	693 064	966 437	1 122 869	2 444 359	1 759 068	510 095	22 915
20 a 24 anos	8 422 167	591 553	804 125	803 908	1 887 856	855 015	672 211	195 009
25 a 29 anos	6 546 791	491 959	654 339	716 059	1 409 725	521 673	374 497	164 149
30 a 39 anos	10 782 038	865 797	1 136 222	1 218 965	2 250 962	679 572	443 909	219 153
40 a 49 anos	8 094 393	642 576	737 193	810 445	1 568 324	421 033	244 339	147 535
50 a 59 anos	5 354 738	408 093	480 090	461 068	906 811	209 271	130 404	77 864
60 a 69 anos	3 067 143	213 252	239 297	218 813	472 559	109 989	58 342	46 156
70 anos e mais	1 693 495	94 046	107 071	94 653	236 777	44 121	28 452	19 513
Idade ignorada	174 349	8 283	13 184	12 783	20 121	4 907	2 481	1 121

* Inclusive Sem instrução e Sem declaração de instrução.

6. ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	ANOS DE ESTUDO							
	Total *	1 ano	2 anos	3 anos	4 e 5 anos	6 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 17 anos
TOTAL	66 004 330	5 395 082	7 022 387	7 333 184	13 196 042	5 635 743	2 464 730	893 415
ECONOMICAMENTE ATIVOS	29 545 293	2 326 814	2 941 549	3 111 211	6 306 335	2 197 427	1 405 743	672 347
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	13 071 385	1 348 181	1 522 105	1 278 043	1 253 497	105 005	21 251	10 783
Atividades industriais	5 263 805	366 513	538 133	684 783	1 691 443	503 252	218 662	112 284
Comércio de mercadorias	2 623 895	147 501	214 196	283 848	917 897	459 631	198 651	38 700
Prestação de serviços	3 260 661	257 933	359 356	431 601	1 001 306	229 071	47 934	11 814
Transportes, comunicações e armazenagem	1 259 067	78 874	128 864	176 136	465 369	153 638	53 565	13 809
Atividades sociais	1 415 143	30 107	47 029	72 127	305 393	201 872	450 508	233 330
Administração pública	1 154 954	39 393	58 441	86 942	334 512	277 992	161 059	111 533
Outras atividades	1 406 383	58 312	73 435	97 731	336 918	266 966	254 113	140 094
NAO ECONOMICAMENTE ATIVOS.	36 459 037	3 068 268	4 080 838	4 221 973	6 889 707	3 438 316	1 058 987	221 068

* Inclusive Sem instrução e Sem declaração de instrução.

1.0 - DADOS GERAIS

1.11 — TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DE 5 A 14 ANOS, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO — 1970

IDADE	LOCALIZAÇÃO											
	Urbana						Rural					
	Níveis de ensino			População Escolar	População Total	Taxa de Escolarização (%)	Níveis de ensino			População Escolar	População Total	Taxa de Escolarização (%)
	Pré-primário	Primário	Médio				Pré-primário	Primário	Médio			
5 anos	131 969	-	-	131 969	1 442 300	9,15	-	-	-	-	1 329 200	-
6 anos	161 937	289 077	-	451 014	1 412 300	31,93	-	145 986	-	145 986	1 301 600	11,22
7 anos	-	1 116 186	-	1 116 186	1 380 200	80,87	-	573 587	-	573 587	1 272 000	45,00
8 anos	-	1 227 045	-	1 227 045	1 346 300	91,14	-	664 754	-	664 754	1 240 800	53,56
9 anos	-	1 268 155	-	1 268 155	1 311 400	96,70	-	690 571	-	690 571	1 208 500	57,14
10 anos	-	1 258 512	-	1 258 512	1 274 700	98,73	-	688 579	-	688 579	1 174 800	58,61
11 anos	-	1 004 486	179 874	1 184 360	1 236 200	95,81	-	591 396	-	591 396	1 139 200	51,91
12 anos	-	782 267	310 070	1 092 337	1 200 400	91,00	-	514 692	-	514 692	1 106 300	46,52
13 anos	-	532 947	410 157	943 104	1 166 800	80,83	-	375 134	-	375 134	1 075 400	34,88
14 anos	-	290 038	468 884	758 922	1 141 300	66,49	-	243 031	-	243 031	1 051 800	23,11
De 7 a 11 anos	-	5 874 394	179 874	6 054 268	6 549 800	92,45	-	3 208 887	-	3 208 887	6 035 300	53,17
De 7 a 14 anos	-	7 479 605	1 368 965	8 848 571	10 057 300	87,98	-	4 341 744	-	4 341 744	9 268 800	46,84
De 5 a 14 anos	293 906	7 768 883	1 368 965	9 431 554	12 911 900	73,05	-	4 487 730	-	4 487 730	11 899 600	37,71

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

NOTA - Dado o inexpressivo contingente atendido nos níveis pré-primário e médio deixou-se de apurar os efetivos para esses níveis de ensino na zona rural.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.17 — MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1960-70

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO										
	Anos										
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Rondônia.....	7 028	9 245	9 081	8 603	9 450	9 188	9 302	10 642	11 983	11 983	11 427
Acre.....	11 358	12 078	14 546	17 065	20 075	19 093	19 859	21 586	23 111	24 140	26 979
Amazonas.....	59 889	63 114	76 279	82 320	86 267	88 847	90 709	97 727	106 618	107 884	111,136
Roraima.....	3 074	3 233	3 334	4 479	4 659	4 762	5 222	5 770	5 166	6 909	7 745
Pará.....	173 674	167 578	186 560	182 690	236 412	197 410	259 126	277 959	293 220	306 858	320 387
Amapá.....	9 970	11 843	14 343	15 140	16 942	17 000	18 828	20 116	20 265	20 234	20 879
Maranhão.....	108 643	122 737	141 903	162 552	176 272	174 554	234 257	285 691	310 367	304 199	352 801
Piauí.....	79 905	87 058	99 689	136 459	154 390	143 983	147 272	155 075	201 434	192 616	212 909
Ceará.....	275 799	282 784	259 977	316 826	335 002	328 651	296 644	339 035	418 706	421 947	435 677
Rio Grande do Norte ..	130 057	143 245	162 155	179 244	183 831	176 347	184 128	190 501	200 780	210 662	224 136
Paraíba.....	147 896	160 571	174 869	202 153	211 563	221 013	250 287	242 508	249 644	272 582	285 224
Pernambuco.....	364 366	399 525	423 580	449 236	498 566	485 442	543 376	578 117	600 103	635 082	682 124
Alagoas.....	92 297	100 512	110 672	123 742	141 598	140 318	143 690	157 977	171 346	182 339	191 769
Sergipe.....	70 387	73 963	72 409	78 543	85 301	88 816	91 619	92 430	98 489	102 173	123 661
Bahia.....	422 676	447 210	486 651	575 479	664 307	576 540	606 194	675 834	733 939	786 511	812 145
Minas Gerais.....	1 146 280	1 165 492	1 304 610	1 437 591	1 577 472	1 714 491	1 782 063	1 853 092	1 798 228	1 830 082	1 850 944
Espírito Santo.....	166 698	173 937	183 720	199 967	211 521	209 841	217 386	227 843	233 232	243 539	264 041
Rio de Janeiro.....	373 384	393 721	430 600	496 183	555 812	557 475	573 524	608 561	650 873	708 971	720 137
Guanabara.....	352 461	395 140	432 963	451 219	522 232	481 308	484 292	495 334	514 002	533 456	561 782
São Paulo.....	1 689 289	1 732 582	1 830 700	1 881 096	2 071 097	1 947 744	2 052 724	2 082 768	2 214 860	2 209 423	2 245 592
Paraná.....	398 619	410 776	481 174	587 016	628 069	676 056	754 072	843 760	907 266	933 125	973 110
Santa Catarina.....	331 016	342 316	365 181	382 826	393 749	401 069	416 877	431 228	449 216	467 839	492 700
Rio Grande do Sul.....	760 793	789 715	901 960	932 665	979 566	815 305	989 297	1 007 274	1 089 734	1 102 600	1 146 214
Mato Grosso.....	101 036	110 130	120 304	143 565	142 526	135 787	160 920	156 437	199 339	214 805	222 410
Goiás.....	173 385	183 799	224 110	242 538	272 980	276 108	317 483	358 464	392 008	398 757	456 852
Distrito Federal.....	7 122	16 428	24 453	29 335	39 645	36 005	46 040	47 798	49 557	65 607	79 248
BRASIL.....	7 458 002	7 798 732	8 535 823	9 299 441	10 217 324	9 923 183	10 595 391	11 263 527	11 943 500	12 294 343	12 812 029

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.18 — MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO A IDADE DOS ALUNOS — 1960, 1962, 1968 E 1970

ANOS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO											
	Total	Idade dos alunos (anos completos)										
		- 7	7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14	Não declarado
1960(1)...	6 403 991	73 460	770 925	1 034 154	1 100 085	1 086 134	864 461	673 966	437 052	219 772	143 952	-
1962(1)...	7 357 711	129 069	927 036	1 173 856	1 207 201	1 113 579	979 751	778 415	496 911	277 627	204 267	-
1968....	11 943 506	360 483	1 603 777	1 793 177	1 838 751	1 797 565	1 485 037	1 205 634	842 326	498 522	458 224	60 010
1970....	12 812 029	435 063	1 689 773	1 891 799	1 958 726	1 947 091	1 595 832	1 296 950	908 081	533 039	531 763	23 853

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.
(1) Matrícula no fim do ano.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.33 --- APROVAÇÕES NO FIM DO ANO, SEGUNDO A SÉRIE --- 1960-69

ANOS	APROVAÇÕES NO FIM DO ANO						
	Total	Segundo a série					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1960.....	4 079 190	(1)1 758 380	(1)1 003 032	(1) 742 112	(1) 549 634	(1) 24 941	-
1961.....	4 371 093	1 877 272	1 075 802	795 219	596 174	26 626	-
1962.....	4 891 803	2 103 496	1 171 193	865 235	616 470	133 166	2 243
1963.....	5 498 002	2 318 906	1 253 588	956 424	698 765	239 473	30 846
1964.....	6 093 891	2 567 808	1 383 931	1 050 862	762 346	288 272	40 672
1965.....	6 261 679	2 578 235	1 414 765	1 111 073	817 540	297 540	42 526
1966.....	6 538 418	(2)2 625 204	(2)1 482 913	(2)1 174 300	(2) 895 480	(2)328 581	(2)30 940
1967.....	7 103 027	2 850 395	1 611 079	1 275 755	975 420	356 962	33 405
1968.....	7 605 369	3 024 484	1 714 686	1 406 914	1 063 804	366 560	29 921
1969.....	8 105 940	3 198 907	1 832 102	1 486 256	1 186 308	374 632	29 734

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

(1) Dados ajustados.
(2) Dados interpolados.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.34 --- CONCLUSÕES DE CURSO (APROVAÇÕES NA 4ª SÉRIE), POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO --- 1960-69

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONCLUSÕES DE CURSO (APROVAÇÕES NA 4ª SÉRIE)									
	Anos									
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966(1)	1967	1968	1969
Rondônia.....	146	206	310	263	490	284	301	318	318	605
Acre.....	284	623	696	960	587	875	777	679	1 069	1 084
Amazonas.....	1 289	1 618	3 038	3 457	3 836	4 365	4 722	5 080	5 608	5 570
Roraima.....	118	140	220	245	272	263	341	418	585	551
Pará.....	5 696	6 613	7 175	7 260	12 853	15 221	16 419	17 617	16 798	18 620
Amapá.....	363	413	750	758	996	1 275	1 319	1 364	1 974	2 063
Maranhão.....	5 483	7 064	5 205	6 447	7 134	8 024	9 907	11 790	13 218	14 189
Piauí.....	2 717	3 084	3 505	4 188	4 542	5 132	5 850	6 569	7 606	8 056
Ceará.....	9 029	9 973	10 812	13 022	13 926	9 985	13 694	17 403	19 011	20 554
Rio Grande do Norte.....	3 664	4 417	5 455	6 370	6 593	7 675	8 742	9 808	10 665	11 424
Paraíba.....	4 577	5 436	5 153	7 527	7 557	8 723	10 520	12 317	11 573	12 689
Pernambuco.....	8 410	10 608	21 792	23 519	25 779	29 142	31 937	34 732	38 135	43 651
Alagoas.....	4 182	4 259	3 526	4 380	4 975	5 508	6 486	7 465	8 899	10 239
Sergipe.....	2 474	2 705	2 424	2 865	3 528	3 197	3 703	4 209	4 040	5 207
Bahia.....	12 009	13 063	21 940	24 997	28 054	26 211	31 827	37 442	43 765	44 714
Minas Gerais.....	101 869	107 778	84 396	94 475	104 698	118 643	130 462	142 282	153 122	163 819
Espírito Santo.....	13 289	14 352	11 831	13 507	15 406	15 079	17 570	20 060	22 357	24 831
Rio de Janeiro.....	20 535	22 662	32 819	46 347	45 715	46 935	50 886	54 837	58 527	65 636
Guanabara.....	45 413	48 408	50 841	(2) 52 244	(2) 53 666	(2) 55 168	56 509	57 849	63 314	74 871
São Paulo.....	180 938	193 851	208 226	226 630	238 000	249 074	264 770	280 467	308 879	360 856
Paraná.....	38 453	40 269	31 710	38 792	46 171	55 666	62 659	69 652	74 990	82 071
Santa Catarina.....	20 958	22 273	25 529	28 493	32 675	40 053	42 803	45 553	50 240	55 317
Rio Grande do Sul.....	51 645	58 705	62 652	71 482	80 852	83 790	91 456	99 121	105 189	109 747
Mato Grosso.....	7 854	8 329	5 595	7 179	7 929	8 613	10 011	11 410	13 216	14 359
Goiás.....	7 609	8 531	9 282	11 250	13 371	15 455	18 811	22 166	24 530	27 310
Distrito Federal.....	610	791	1 587	2 108	2 921	3 184	3 998	4 812	6 176	8 267
BRASIL.....	549 634	596 174	616 470	698 765	762 346	817 540	896 480	975 420	1 083 804	1 186 309

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

(1) Dados estimados.
(2) Dados interpolados.

1.0 - DADOS GERAIS

1.07 - EVOLUÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR DA MATRICULA NO INICIO DO ANO -
PERÍODOS 1942/43 A 1970/81
*) Números Relativos

PERÍODO ESCOLAR	ENSINO PRIMÁRIO				ENSINO MÉDIO								INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Ginásial				Colegial				
					1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	1ª série	2ª série	3ª série		
1942/1953	1 000	404	274	155	71	54	44	35	34	27	20	10	
1943/1954	1 000	417	284	159	80	58	47	39	39	29	22	10	
1944/1955	1 000	419	291	170	79	59	49	40	39	30	23	10	
1945/1956	1 000	412	292	169	76	60	51	41	41	32	23	10	
1946/1957	1 000	416	286	170	81	63	52	42	42	32	23	10	
1947/1958	1 000	391	273	161	77	64	53	43	43	32	27	10	
1948/1959	1 000	397	276	161	84	67	54	44	43	32	27	10	
1949/1960	1 000	385	267	160	87	70	55	45	44	32	27	10	
1950/1961	1 000	383	268	166	89	75	56	46	44	31	27	11	
1951/1962	1 000	401	280	180	98	79	59	48	45	35	30	13	
1952/1963	1 000	395	282	181	101	80	62	49	50	37	34	16	
1953/1964	1 000	398	288	187	101	79	64	55	58	41	35	15	
1954/1965	1 000	407	302	207	101	84	70	61	60	48	42	20	
1955/1966	1 000	416	316	207	113	95	78	69	73	58	47	23	
1956/1967	1 000	420	317	207	135	100	88	77	82	65	52	28	
1957/1968	1 000	428	326	232	144	112	97	86	91	73	63	48	
1958/1969	1 000	446	328	239	152	124	106	97	101	79	-	-	
1959/1970	1 000	443	351	229	161	129	109	91	96	74	64	58	
1960/1971	1 000	449	318	245	165	133	115	101	107	-	-	-	
1961/1972	1 000	401	324	241	180	144	123	107	-	-	-	-	
1962/1973	1 000	449	359	274	205	168	141	-	-	-	-	-	
1963/1974	1 000	446	369	262	223	179	-	-	-	-	-	-	
1964/1975	1 000	454	387	294	234	-	-	-	-	-	-	-	
1965/1976	1 000	456	366	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1966/1977	1 000	490	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1967/1978	1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1968/1979	1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1969/1980	1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1970/1981	1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

1.0 - DADOS GERAIS

1.08 - EVASÃO NO SISTEMA ESCOLAR, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO -
PERÍODO 1960/71

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PERÍODO ESCOLAR DE 1960 A 1971										
	Ensino primário		Ensino médio			Aprovação Vestibular (1971)	De 1 000 alunos matriculados na 1ª série primária em 1960, apenas conseguiram alcançar a				
	1ª série (1960)	4ª série (1963)	1ª série ginásial (1964)	4ª série ginásial (1967)	3ª série colegial (1970)		4ª série primária	1ª série ginásial	4ª série ginásial	3ª série colegial	Ingressar superior
Rondônia	5 635	650	530	184	72	-	115	94	33	13	-
Acre	7 239	1 219	865	335	147	236	168	119	46	20	-
Amazonas	42 282	4 762	3 157	2 352	1 520	788	113	75	56	36	33
Roraima	1 757	350	179	97	32	-	199	102	55	18	-
Pará	103 675	11 272	9 436	6 228	3 333	1 573	109	91	60	38	25
Amapá	7 094	1 055	503	311	219	-	137	65	40	29	-
Maranhão	74 712	9 676	5 281	3 470	2 439	1 621	130	71	47	33	22
Piauí	57 925	5 667	5 364	3 545	2 245	350	98	93	61	39	6
Ceará	198 562	16 809	15 830	10 632	7 630	2 042	85	80	54	38	10
Rio Grande do Norte	86 258	10 787	5 430	3 349	2 438	1 403	125	63	39	28	16
Paraíba	106 079	11 022	7 658	5 544	3 351	2 235	110	72	52	32	21
Pernambuco	239 504	31 125	23 601	14 308	12 107	8 309	130	99	60	51	35
Alagoas	68 210	6 185	5 278	3 170	2 467	1 019	91	77	46	36	15
Sergipe	52 321	3 826	3 827	2 295	1 812	469	74	72	43	34	9
Bahia	258 458	37 234	25 347	16 516	12 762	5 658	144	98	64	49	22
Minas Gerais	595 558	123 337	72 235	41 355	30 136	19 745	207	121	69	51	33
Espirito Santo	95 163	18 742	9 824	5 927	4 117	2 078	197	103	62	43	22
Rio de Janeiro	212 393	52 656	32 547	18 608	13 898	7 483	248	153	88	65	35
Guanabara	160 142	83 668	56 625	35 187	24 169	16 673	522	354	220	151	104
São Paulo	647 150	252 631	168 875	90 946	72 217	81 186	390	258	141	112	125
Paraná	214 600	47 497	35 324	19 179	14 586	10 253	221	165	89	68	48
Santa Catarina	168 772	38 006	14 551	9 739	5 887	3 252	225	86	58	35	19
Rio Grande do Sul	352 873	117 751	47 437	32 567	20 409	16 604	334	134	92	58	47
Mat. Grosso	67 107	9 651	6 448	3 069	2 445	1 773	144	96	46	36	26
Goiás	108 285	16 649	12 624	6 575	4 462	3 194	154	117	61	41	30
Distrito Federal	7 566	3 191	2 860	2 690	3 162	2 661	422	378	232	145	86
BRASIL	3 940 510	916 088	569 496	338 187	248 712	191 585	232	145	86	63	48

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.27 — REPETENTES NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO A SÉRIE — 1967-70

ANOS	REPETENTES NO INÍCIO DO ANO						
	Total	Segundo a série					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1967.....	2 370 009	1 505 430	411 670	280 552	132 062	38 129	2 156
1968.....	2 565 798	1 629 798	445 608	303 745	142 972	41 279	2 396
1969.....	2 310 063	1 461 116	410 801	262 363	132 593	41 846	1 344
1970.....	2 465 124	1 607 988	439 364	242 459	134 879	38 067	2 367

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.28 — REPETENTES NO INÍCIO DO ANO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1967-70

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	REPETENTES NO INÍCIO DO ANO			
	1967	1968	1969	1970
Rondônia.....	2 905	3 213	3 213	2 237
Acre.....	5 713	4 301	3 812	3 972
Amazonas.....	5 937	10 376	9 558	11 970
Roraima.....	447	392	549	594
Pará.....	41 847	50 578	63 258	63 194
Amapá.....	5 753	5 859	6 497	6 013
Maranhão.....	50 194	68 936	69 608	81 703
Piauí.....	27 730	42 235	40 183	52 524
Ceará.....	48 002	69 844	49 983	77 284
Rio Grande do Norte.....	55 633	53 424	52 235	55 867
Paraíba.....	33 799	35 404	30 408	41 355
Pernambuco.....	78 313	93 166	89 330	84 909
Alagoas.....	33 542	38 239	29 784	35 444
Sergipe.....	36 830	37 032	36 540	54 675
Bahia.....	113 494	108 640	104 548	135 043
Minas Gerais.....	590 101	586 484	565 423	563 637
Espírito Santo.....	30 975	51 780	33 992	61 120
Rio de Janeiro.....	73 416	85 620	90 530	125 434
Guanabara.....	98 794	99 128	108 293	93 710
São Paulo.....	413 983	449 308	281 052	242 383
Paraná.....	156 727	181 383	168 303	203 107
Santa Catarina.....	107 344	115 450	110 219	79 831
Rio Grande do Sul.....	247 598	268 400	265 468	284 198
Mato Grosso.....	24 971	33 210	27 885	31 044
Goiás.....	60 393	67 567	68 506	73 609
Distrito Federal.....	5 468	5 829	886	267
BRASIL.....	2 370 009	2 565 798	2 310 063	2 465 124

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.01 - UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO - 1960-70

ANOS	UNIDADES ESCOLARES						
	Total	Dependência administrativa				Localização	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Urbana	Rural
1960.....	95 938	454	41 595	44 624	9 265	26 519	69 419
1961.....	99 677	530	44 447	45 403	9 297	27 128	72 549
1962.....	105 525	547	46 030	49 841	9 107	28 737	76 788
1963.....	115 710	450	47 822	58 117	9 321	31 573	84 137
1964.....	124 946	448	52 125	61 600	10 773	34 667	90 279
1965.....	124 526	793	53 405	60 658	8 670	33 317	91 209
1966.....	127 355	714	59 399	57 716	9 526	33 422	93 933
1967.....	122 909	765	51 734	61 280	9 130	29 137	93 772
1968.....	134 909	730	50 025	74 922	9 232	32 308	102 601
1969.....	145 479	774	54 491	80 542	9 672	34 782	110 697
1970.....	146 136	791	54 450	81 583	9 312	34 388	111 748

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.02 - UNIDADES ESCOLARES, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1960-70

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES										
	Anos										
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Rondônia.....	109	133	161	119	131	98	123	146	168	168	133
Acre.....	143	136	234	279	338	391	363	300	358	358	405
Amazonas.....	1 082	1 055	1 429	1 492	1 483	1 513	1 329	1 229	1 609	1 555	1 836
Roraima.....	26	36	39	45	68	66	80	97	89	99	126
Pará.....	2 482	2 521	2 742	2 600	3 092	2 940	2 936	3 045	3 165	3 369	3 368
Amapá.....	114	131	153	153	160	155	183	187	178	160	171
Maranhão.....	1 784	2 016	2 373	2 755	3 001	3 139	3 795	4 083	4 698	4 623	5 046
Piauí.....	1 175	1 311	1 403	2 183	2 604	2 243	2 112	2 274	2 999	2 699	2 613
Ceará.....	7 040	7 484	6 626	8 161	8 179	8 353	6 893	6 481	9 680	9 815	9 698
Rio Grande do Norte ..	2 456	2 657	2 801	3 046	3 165	3 401	3 293	3 319	3 548	3 615	3 795
Paraíba.....	2 645	3 110	3 258	3 661	4 234	4 807	4 596	4 491	4 790	5 436	5 446
Pernambuco.....	6 602	6 450	6 536	7 828	8 173	7 387	7 623	7 574	8 687	9 397	8 885
Alagoas.....	1 578	1 553	1 811	2 032	2 246	2 248	2 249	2 393	2 544	2 576	2 605
Sergipe.....	1 241	1 254	1 248	1 315	1 411	1 716	1 511	1 424	1 521	1 566	1 753
Bahia.....	7 118	8 044	8 621	10 552	12 483	11 378	11 170	10 793	13 001	14 420	13 933
Minas Gerais.....	12 567	12 672	13 581	13 924	15 710	16 181	16 505	16 829	16 042	16 878	16 136
Espírito Santo.....	2 875	2 971	3 015	3 256	3 392	3 630	3 650	2 925	3 118	4 114	4 354
Rio de Janeiro.....	3 497	3 814	3 818	4 093	4 526	4 633	4 450	4 178	4 338	4 350	4 339
Guanabara.....	1 161	1 160	1 195	988	1 365	1 254	1 285	1 263	1 293	1 317	1 362
São Paulo.....	14 669	15 018	15 568	16 196	17 008	17 021	18 161	(1) 18 226	(1) 18 536	19 201	19 565
Paraná.....	5 816	5 985	6 970	7 662	8 250	8 839	9 605	10 547	11 441	11 937	12 086
Santa Catarina.....	4 968	5 022	5 245	5 413	5 520	5 641	6 350	5 947	6 118	6 366	6 448
Rio Grande do Sul.....	11 018	11 745	12 833	13 244	13 747	13 032	13 934	14 032	14 462	14 822	14 922
Mato Grosso.....	1 557	1 475	1 653	1 962	1 870	1 706	1 848	1 782	2 341	2 470	2 361
Goiás.....	2 089	2 066	2 340	2 485	2 673	2 734	3 143	3 665	4 027	3 984	4 743
Distrito Federal.....	26	58	63	96	114	130	168	99	158	184	207
BRASIL.....	95 938	99 677	105 525	115 710	124 946	124 526	127 355	127 309	138 909	145 479	146 136

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

(1) Dados estimados.

7. PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS, POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO									
	Total *	Empregados		Autônomos		Empregadores		Sem remuneração		
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
TOTAL	29 545 293	11 830 694	4 359 992	8 995 810	1 091 877	444 063	19 325	2 078 250	676 985	
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	13 071 385	3 122 686	233 646	6 679 857	456 770	214 962	6 131	1 772 855	582 473	
Atividades industriais	5 263 805	3 873 585	542 635	630 980	90 437	89 758	2 828	24 960	8 229	
Comércio de mercadorias ..	2 623 895	1 118 131	340 005	911 657	105 726	110 322	6 299	20 962	10 718	
Prestação de serviços	3 260 631	606 860	1 911 996	339 097	374 407	15 680	3 242	6 154	3 145	
Transportes, comunicações e armazenagem	1 259 067	933 618	55 375	257 732	370	6 012	-	5 657	133	
Atividades sociais	1 415 143	436 006	914 904	12 384	19 162	1 172	569	15 735	15 211	
Administração pública	1 154 954	992 841	162 113	-	-	-	-	-	-	
Outras atividades	1 496 383	746 967	199 318	164 103	45 005	6 157	256	231 927	57 076	

* Inclusive Sem declaração de posição na ocupação.

8. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

SETOR DE ATIVIDADE	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Cr\$)									
	Total *	Até 100	De 101 a 150	De 151 a 200	De 201 a 250	De 251 a 500	De 501 a 1000	De 1001 a 2000	De 2001 e mais	
TOTAL	66 004 330	9 779 524	4 205 004	4 859 123	1 415 485	4 670 922	1 947 027	748 827	335 772	
ECONOMICAMENTE ATIVOS	29 545 293	9 374 229	3 769 887	4 603 960	1 320 689	4 307 078	1 737 748	659 823	305 763	
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	13 071 385	6 119 671	1 999 503	1 302 971	230 701	598 894	134 371	40 240	18 376	
Atividades industriais	5 263 805	628 457	656 006	1 479 524	431 657	1 266 840	452 684	150 660	82 768	
Comércio de mercadorias .	2 623 895	392 136	307 485	590 076	156 316	627 678	310 336	120 302	45 919	
Prestação de serviços	3 260 631	1 792 200	334 336	420 333	111 641	331 040	106 299	25 426	9 400	
Transportes, comunicações e armazenagem	1 259 067	84 106	104 436	247 221	102 647	499 492	154 708	32 917	14 848	
Atividades sociais	1 415 143	171 861	161 177	252 128	133 768	368 463	182 245	75 649	36 552	
Administração pública ...	1 154 954	85 765	80 555	154 922	90 830	359 469	221 339	110 852	39 930	
Outras atividades	1 496 383	100 033	76 389	156 785	63 129	255 202	175 766	103 777	60 970	
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVOS	36 459 037	405 295	435 117	255 163	94 796	363 844	209 279	89 004	30 009	

* Inclusive Sem rendimentos e Sem declaração de rendimentos.

3.0 - ENSINO PRIMÁRIO COMUM

3.09 -- CORPO DOCENTE, COM INDICAÇÃO DE REGENTES DE CLASSE, SEGUNDO A QUALIFICAÇÃO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO -- 1970
ESCOLAS DE 2 E MAIS PROFESSORES

Imário
Nao Concluído
17
22
461
7
1 308
23
1 393
1 200
3 902
1 802
1 163
2 425
878
517
4 324
2 544
252
484
81
1 173
757
944
370
85
25
rio
Nao Concluído
68
30
684
11
773
7
2 075
1 500
2 064
2 667
907
632
4 564
1 351
75
194
924
342
352
273
347
25 807

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CORPO DOCENTE											
	Total	Feminino	Regentes de classe, segundo a qualificação									
			Total	Feminino	Normalistas		Não normalistas					
					1º ciclo	2º ciclo	Médio 2º ciclo		Médio 1º ciclo		Primário	
Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Não Concluído	Concluído	Não Concluído	Concluído	Não Concluído	Concluído	Não Concluído	
Rondônia.....	413	396	356	345	66	97	11	32	18	46	58	28
Acre.....	757	708	636	595	118	99	11	3	50	47	297	11
Amazonas.....	2 429	2 368	2 314	2 258	297	1 353	16	93	59	133	272	91
Roraima.....	221	191	198	167	58	34	1	10	25	18	49	-
Pará.....	7 280	7 151	6 917	6 796	765	3 255	144	204	372	358	1 654	165
Amapá.....	582	526	519	469	181	126	9	52	21	73	50	7
Maranhão.....	5 985	5 838	5 743	5 600	531	1 804	119	152	225	402	1 890	620
Piauí.....	3 547	3 469	3 250	3 176	147	1 760	150	102	297	146	508	140
Ceará.....	9 094	8 901	8 374	8 210	702	5 096	303	202	262	322	1 101	386
Rio Grande do Norte	4 961	4 852	4 583	4 486	504	1 401	136	86	169	202	1 777	308
Paraíba.....	6 012	5 932	5 593	5 526	900	1 167	217	300	543	413	1 606	447
Pernambuco.....	13 733	13 605	12 952	12 855	1 305	9 634	243	252	181	260	921	156
Alagoas.....	4 038	3 976	3 617	3 560	920	1 664	102	116	71	103	511	121
Sergipe.....	2 371	2 340	2 184	2 160	115	964	58	121	275	203	354	94
Bahia.....	14 069	13 750	13 349	13 068	2 046	9 425	140	164	138	178	940	318
Minas Gerais.....	56 913	56 044	49 067	48 254	3 602	33 138	738	1 160	1 275	989	7 766	399
Espírito Santo.....	4 547	4 517	4 106	4 081	379	2 981	106	170	69	137	255	9
Rio de Janeiro.....	25 245	24 958	21 666	21 426	860	19 114	330	279	419	175	445	44
Guanabara.....	21 848	21 378	18 977	19 910	314	17 419	785	99	346	5	9	-
São Paulo.....	69 598	65 456	54 536	51 095	3 543	50 770	112	12	19	27	53	-
Paraná.....	28 628	26 785	22 932	21 300	1 792	10 227	572	1 394	1 010	2 089	5 524	324
Santa Catarina.....	13 641	12 496	12 255	11 212	2 292	6 398	456	423	585	341	1 638	122
Rio Grande do Sul...	40 578	37 577	37 761	34 842	7 849	18 599	1 038	1 260	2 261	2 518	4 050	186
Mato Grosso.....	5 506	5 117	5 167	4 806	220	2 075	194	418	308	449	1 410	93
Goiás.....	10 369	9 605	9 733	9 097	458	3 282	458	716	802	1 005	2 923	89
Distrito Federal....	2 738	2 708	2 480	2 459	42	2 433	1	-	-	-	4	-
BRASIL.....	355 803	340 734	309 265	297 753	30 015	204 315	6 450	7 820	9 800	10 639	36 065	4 158

FONTE - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

15. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES E NÚMERO DE MORADORES, POR SITUAÇÃO, SEGUNDO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	SITUAÇÃO					
	Total		Quadros urbano e suburbano		Quadro rural	
	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
TOTAL	18 086 336	92 009 331	10 467 286	51 180 017	7 619 050	40 829 314
CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO *						
Próprios	10 920 501	55 478 853	6 282 127	30 694 752	4 638 374	24 784 101
Alugados	3 444 976	15 366 480	3 223 086	14 262 820	221 890	1 103 660
Outra condição	3 706 632	17 905 852	951 646	4 025 767	2 754 986	13 880 085
ALUGUEL MENSAL * (Cr\$)						
Até 30	904 361	4 127 426	754 400	3 385 296	149 961	742 130
De 31 a 120	1 506 351	6 794 158	1 445 597	6 490 032	60 754	304 126
De 121 a 480	916 333	3 921 544	911 364	3 895 327	4 969	26 217
De 481 a 960	86 402	380 324	86 070	378 299	332	2 025
De 961 e mais	14 616	67 950	14 030	65 211	586	2 739
TEMPO DE RESIDÊNCIA *						
Menos de 1 ano	3 020 246	13 370 393	2 116 576	9 240 400	903 670	4 129 993
1 ano	1 389 419	6 345 292	917 062	4 126 214	472 357	2 219 078
2 anos	1 857 557	8 838 389	1 173 712	5 521 076	683 845	3 317 313
3 a 6 anos	3 783 186	19 071 190	2 378 119	11 656 060	1 405 067	7 415 130
7 a 10 anos	2 054 825	10 937 564	1 223 521	6 184 699	831 304	4 752 865
11 anos e mais	5 936 561	30 039 747	2 634 722	12 194 345	3 301 839	17 845 402
ABASTECIMENTO D'ÁGUA *						
Rêde geral	5 939 498	27 045 903	5 751 470	26 047 171	188 028	998 732
Poço ou nascente	4 473 274	22 684 667	2 471 526	12 108 943	2 001 748	10 575 724
Outra forma de abastecimento	7 669 906	39 061 540	2 241 550	10 853 861	5 428 356	28 207 679
INSTALAÇÃO SANITÁRIA *						
Rêde geral	3 157 208	13 523 429	3 121 180	13 334 127	36 028	189 302
Fossa séptica	1 713 819	8 236 186	1 595 004	7 642 552	118 815	593 634
Fossa rudimentar e outro escoadouro	6 024 516	30 627 952	4 285 684	21 237 104	1 738 832	9 390 848
Sem instalação sanitária	7 187 705	36 405 089	1 463 047	6 797 497	5 724 658	29 607 592
FOGÃO						
Lenha	8 231 106	42 904 211	2 159 602	10 835 824	6 071 504	32 068 387
Carvão	709 988	3 416 535	568 074	2 674 269	141 914	742 266
Gás	7 656 891	35 775 971	7 273 403	33 828 602	383 488	1 947 369
Outro combustível	132 691	503 451	114 787	403 609	17 904	99 842
Sem fogão e Sem declaração	1 355 660	9 409 163	351 420	3 437 713	1 004 240	5 971 450

* Excluído Sem declaração.

3. - C O N C L U S Ã O

A Declaração dos Direitos da Criança, no 7º princípio reza - "A criança terá direito a receber educação, que seja gratuita e com - pulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educa - ção capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la, em condições de iguais oportunidades, a desenvolver as suas aptidões, sua capacida - de de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se útil à sociedade." No entretanto, além da insuficiência - da rede escolar ainda existente, o ensino primário no Brasil apresenta condições de muito baixa produtividade: o custo do aluno reprovado cor responde a duas vezes e meia o custo do aluno/ano. Das crianças que - frequentam o primário (dois terços das em idade escolar), 50% arpxi - madamente estão na 1ª série. Torna-se então necessário, além da expansão são da capacidade instalada, a racionalização do emprego do equipamen - to e material do ensino, o aperfeiçoamento dos professores, o ajusta - mento dos programas e currículos e a modificação dos sistemas de pro - moção. Tudo isso, considerando-se as características regionais e desenvo - lvolvendo-se a assistência do educando, desde a fase pré-escolar.

É importante acentuar a necessidade de orientação e maior - esforço dirigidos para o ensino primário, ao invés de recursos mais para o curso superior, visto que de 1000 alunos, como se sabe, apenas 11 chegam ao final do superior.

Ter em vista o impacto da situação sócio-econômica do edu - cando de todos os níveis sobre o rendimento do aprendizado escolar.

...

BIBLIOGRAFIA

- Campos, Dinah M. de Souza - "Que fatores são responsáveis pela reprovação na escola primária brasileira"-RJ-11/70
- MEC-INEP-Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário-EATEP-1968-
-"Fenômeno da Evasão e Repetência na Escola Primária Brasileira"-Série Estudos Educacionais Primárias-nº 2.
- Lima, Lauro de Oliveira - "Mutações em educação, segundo MCLUHAN -
- 4a.edição ampliada-Ed.Vozes -RJ.1972
- Kneller, George F..... - "Introdução à filosofia da educação" Ed.
-Zahar - 1966
- Weber, Max-"Ensaio de Sociologia"-2a.ed.-E.Zahar-1971
- MEC -- III Conferência Nacional de Educação-Salvador- 1967-Vol. I e II
- Ministerio do Planejamento e Coordenação Econômica-"Plano decenal de desenvolvimento econômico e social"-Vol.IeII
-1966
- Conselho Estadual de educação-"Plano Estadual de Educação"-RGSul-1967
- Declarações dos Direitos da Criança-Nações Unidas-FUNABEM-1966
- Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - Brasil-1960/70-SEEC
- Serviço de Estatística de Educação e Cultura -MEC- 1960/71

...

